

O DRAGÃO ABRAÇA ÁFRICA: RELAÇÕES CABO VERDE-CHINA

João Paulo Madeira¹

Introdução

Com o propósito de se expandir no seio da comunidade internacional, a República Popular da China começou na era de Mao Tse-Tung (1949-1976) a desenvolver uma política de internacionalização e a procurar, assim, conquistar a simpatia de *países do terceiro mundo*, apoiando os movimentos anti-imperialistas do Leste Europeu e do Continente Africano (Kynge, 2006; Cooley, 1965). A política de ajuda ao desenvolvimento foi traçada e implementada a partir da Conferência de Bandung que ocorreu na Indonésia em abril de 1955, tendo reunido Chefes de Estado e de Governo e delegados de 29 Estados asiáticos e africanos, tendo como principal meta fomentar a cooperação econômica e cultural de cariz afro-asiática. No referido encontro, a China pretendeu destacar-se em relação à hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) e da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A partir da década de sessenta do século passado, o continente africano tem sido um dos mais beneficiados com a política de ajuda ao desenvolvimento, dado que já foram executados diversos programas, projetos e ações nos mais variados setores. Cabo Verde não constitui exceção na medida em que tem beneficiado desta ajuda. A cooperação Cabo Verde-China remonta aos primórdios da *luta de libertação nacional*, tendo esta relação sido somente formalizada em abril de 1976. Destaca-se aqui, em particular, a cooperação no

¹ Professor Auxiliar da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Pesquisador do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP-ISCSP-UL) e no Centro de Pesquisa em Ciências Sociais e Políticas (CICSP-Uni-CV). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Lisboa (UL). E-mail: joao.madeira@docente.unicv.edu.cv.

domínio das infraestruturas, apontando, de entre outras dezenas de construções financiadas pela China, obras como: a Assembleia Nacional, o Palácio do Governo, o Auditório Nacional, a Biblioteca Nacional, o Auditório Jorge Barbosa, o Memorial Amílcar Cabral, a Barragem de Poilão, o Estádio Nacional, a Maternidade e a Central de Consultas do Hospital Agostinho Neto e outras obras emblemáticas localizadas na capital do país.

No momento em que se comemora o quadragésimo primeiro aniversário (1976-2017) da cooperação económica, comercial e cultural entre Cabo Verde e a República Popular da China, urge pensar nas linhas orientadoras desta relação, bem como nos desafios que tal cooperação impõe, em particular para o arquipélago que, ao longo da sua história, tem sobrevivido graças à obtenção de programas de ajuda pública ao desenvolvimento canalizados por via de donativos e empréstimos concessionais.

Como objetivo central deste artigo procura-se analisar e discutir a problemática da cooperação bilateral entre Cabo Verde-China, debruçando-se acerca das principais linhas orientadoras desta relação, tendo em consideração as características geográficas, políticas, económicas e culturais do arquipélago. Para o efeito, questiona-se: qual é o lugar que esta tem ocupado no âmbito das parcerias sino-africanas? Será que o interesse da China no arquipélago prende-se com o facto de se apresentar como potencialmente favorável e servir como plataforma continental para a inserção no mercado africano? A partir dos acordos existentes, quais têm sido os resultados concretos desta cooperação?

Acredita-se que, para fazer face ao desafio de desenvolvimento, Cabo Verde deve apostar no reforço da cooperação, essencialmente com aqueles cujos resultados contribuam para a sua projeção e que se traduza em vantagens comparativas no panorama internacional. Por considerar que existem poucas produções científicas que problematizem a cooperação Cabo Verde-China, procura-se através de uma leitura interdisciplinar, adotar uma metodologia que priorize a triangulação de informações e dados obtidos a partir de uma visão crítica sobre as diferentes teorias existentes e, desse modo, abrir espaço para a utilização de perspetivas diferenciadas, colocando à disposição de políticos, académicos, empresários e cidadãos, uma contribuição que se considera útil para o interesse público.

O Dragão em África: Eixos Estratégicos da Relações Sino-Africanas

Por se tratar de um continente que mais tem crescido nas últimas

décadas e, em que o retorno do investimento estrangeiro é um dos mais elevados do mundo, acaba por despertar o interesse de diferentes potências que o procuram com o desígnio de penetrar num mercado de milhões de consumidores (Jackson 2004). A China tem procurado direcionar a sua atenção em áreas com potenciais de crescimento como sejam: educação, saúde, construção civil, serviços financeiros, bens de consumo e telecomunicações, assumindo assim uma posição de liderança, procurando transformar e desenvolver o continente (Michel 2008).

Com a intensificação de relações comerciais com vários países no mundo, a China tem conseguido elevadas taxas de crescimento económico, facilitando assim a sua inserção no cenário internacional (Brautigam 2008). O aumento significativo das relações comerciais fez da China um dos principais parceiros do continente africano, superando o volume comercial da França e da Grã-Bretanha, perdendo apenas para os Estados Unidos da América (EUA). Com 70% do total do comércio com África, a China lidera entre os países como o Brasil, a Rússia e a Índia (Kabunda 2011). De facto, os países africanos sustentam boa parte da procura chinesa pelos recursos naturais e energéticos. Angola é responsável por mais de metade das importações de petróleo. Igualmente os países como Camarões, Egito, Nigéria, Senegal e Sudão constituem importantes parceiros da China no que se refere à importação de petróleo bruto e seus derivados. Ademais, a China importa ouro do Burundi e da Tanzânia; metais não ferrosos (alumínio, bronze, cobre, latão e zinco) da África do Sul, Botswana e Zâmbia; fibras têxteis do Burquina Faso e do Burundi; café e chá da Etiópia, Quênia e Uganda; tabaco do Zimbabué e do Malawi e têxteis de Marrocos e da Tunísia.

A região da África Subsaariana registou na primeira década do século XXI um crescimento económico que ronda os 5%, tal fenómeno somente havia sido registado na década de sessenta do século XX. Este facto aponta para a importância de se estreitarem de forma contínua relações económicas e comerciais entre a China e os demais países do continente africano (Gonçalves, 2010). Para se ter uma ideia mais clara do investimento chinês no continente africano é de evidenciar que dos US\$ 911 milhões investidos em 2000 passou para US\$ 68 bilhões em 2010, direcionados particularmente para a África do Sul, Argélia, Egito, Etiópia, Líbia, Nigéria, República Democrática do Congo, República do Níger, Sudão e Zâmbia (Kobylnski 2012).

As relações sino-africanas que se modernizaram com o decorrer dos tempos, foram estabelecidas há mais de um século, já que a maioria delas teve início com os movimentos de luta pelas independências das Nações africanas (Eisenman 2015). É de sublinhar os principais momentos que marcaram estas relações:

Em 1993, foi elaborado por parte do Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Económica chinesa um plano para a exploração dos mercados dos países africanos. Em 1995, decorreram diversas visitas por parte do Governo chinês a este continente, tendo organizado nesse mesmo ano em Pequim a Conferência Nacional de Trabalho para a Reforma da Assistência a Países Estrangeiros (Keijzer, 1992; Snow, 1988). Este encontro permitiu criar em 1996, dez centros para o investimento e comércio em países africanos (Manji e Marks 2007). Em 1997, as empresas chinesas, que começaram este processo de investimento e dinamização da economia do continente, convocaram em parceria com o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Económica, uma Conferência para se discutir acerca da cooperação económica e comercial com África, abrindo espaço para se repensar as medidas de ajuda aos empresários chineses que pretendiam investir no continente (Naidu 2007).

A partir desta data, ficou decidido que iriam ser realizadas duas vezes ao ano Seminários de gestão económica e financeira, atendendo à importância de se estreitarem as relações sino-africanas, fazendo-as valer de facto.

Em outubro de 2000, realizou-se em Pequim o I Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), no qual o governo chinês decidiu reduzir ou mesmo perdoar dívidas de países africanos que ascendiam o montante de US\$ 1,2 bilhão. Ademais, ficou decidido que a China aumentaria consideravelmente nas suas relações externas, uma parcela de assistência ao continente africano (Hong-Ming 2004). A FOCAC contou com a presença do Presidente chinês Jiang Zemin, do Primeiro-Ministro Zhu Rongji e do Vice-Presidente Hu Jintao, de altos representantes governamentais de 44 países africanos e de 17 organizações regionais e internacionais, destacando em particular a presença do Secretário-Geral da União Africana (UA). Além de se decidir que o governo chinês perdoaria e reduziria as dívidas, foram aprovados dois documentos que estabeleceram os eixos norteadores da aproximação da relação China-África. O primeiro diz respeito à Declaração de Pequim e o segundo ao Programa de Cooperação Sino-Africana para o Desenvolvimento Económico e Social.

O FOCAC foi realizado com uma frequência trienal durante 15 anos. O anfitrião tem sido alternadamente a China e um país africano. Em dezembro de 2003, foi aprovado em Adis Abeba, Etiópia o Plano de Ação para 2004-2006.

O III FOCAC foi realizado em 2006 em Pequim, onde ficou decidido a criação de um Fundo de Desenvolvimento China-África, mais conhecido por *China-Africa Development Fund* (CAD Fund), que procurou estimular e facilitar os investimentos chineses no continente. Em novembro de 2009,

foi a vez da cidade de Sharm El-Sheikh, Egito, receber o IV FOCAC, onde se anunciaram novos empréstimos da China a África com juros baixíssimos, propondo-se também a implementação de mais de 100 projetos em diferentes sectores.

Em julho de 2012, Pequim foi palco do V FOCAC, no qual ficaram decididas medidas com vista a incrementar avanços na aliança estratégica. Em dezembro 2015, Joanesburgo, África do Sul acolhe o VI FOCAC. Estes encontros têm-se revelado de extrema importância para o estreitamento das relações sino-africanas, permitindo constituir plataformas de diálogo e desenvolvimento numa perspectiva “Sul-Sul” (Mendes 2010).

A China tem vindo formas de fortalecer a parceria com países africanos, criando um enorme campo de oportunidades que envolvem acordos comerciais vantajosos para ambas as partes, nomeadamente com a concessão de créditos para projetos no continente, desencadeando o investimento direto estrangeiro e a assistência técnica (Hackenesch 2011).

Após o término da era de Mao Zedong, a China experimentou uma nova fase na sua história com a administração (1978-1992) de Deng Xiaoping, fundador do Socialismo de Mercado. Deng Xiaoping não pretendia expandir a ideologia chinesa, como fazia o Presidente cessante, mas sim promover o desenvolvimento económico da China a partir da implementação de um novo modelo. Reconhecendo a importância dos *países do terceiro mundo* para a sua diplomacia, a República Popular da China volta a sua atenção para estes, consciente da possibilidade de diversificar as suas relações, procurando outras oportunidades de cooperação, para não depender única e exclusivamente dos países desenvolvidos (Taylor 2009).

Na verdade, é de ressaltar que a linha mestra da diplomacia chinesa passa a ser o engajamento com estes países, considerando que poderão constituir importantes aliados, uma vez que partilham dos mesmos interesses de Pequim (Rios 2005). Entretanto, a China deixou claro que a sua intenção não é a de domínio, nem a de exploração, mas sim a de estabelecer uma cooperação baseada na coexistência pacífica (Taylor 2006). O “dragão” procurou estabelecer a sua cooperação com o exterior respeitando cinco princípios, que no seu entender são fundamentais para um desenvolvimento harmonioso, a saber: [1] A não intervenção ou ingerência nos assuntos internos; [2] O pacto da não-agressão mútua; [3] A cooperação e o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; [4] A igualdade e vantagens recíprocas; [5] A coexistência pacífica com outros Estados (Hong-Ming 2004).

Com a implementação das reformas promovidas por Deng Xiaoping, a China procurou consolidar a sua economia, investindo de forma promissora nas relações sino-africanas.

Jiang Zemin, Presidente da China entre 1993 a 2003, deixou patente que havia necessidade de se adotar um novo modelo de desenvolvimento que priorizasse uma relação estável e, acima de tudo, versátil a longo prazo. Com o propósito de redimensionar a relação com os países africanos, Jiang Zemin, propôs cinco linhas orientadoras para manutenção destas relações bilaterais e multilaterais como forma de cultivar o princípio de solidariedade, estabelecer amizades que tenham por base a sinceridade, primar pelo tratamento igualitário, instituir uma cooperação alargada e reunir esforços para um desenvolvimento comum (Anshan 2007).

A integração da China em 2001 na Organização Mundial do Comércio (OMC) reabriu a perspectiva de cooperação com os países africanos, acelerando, desse modo, o processo de desenvolvimento chinês, passando este a ser um dos maiores investidores no estrangeiro (António, 2008). Com adoção a partir de 2002 do programa Global Strategy e, por conseguinte, a internacionalização das suas empresas privadas e públicas, a China passou a ter resultados globais positivos, criando bases sólidas e necessárias para a consolidação da relação com África.

Hu Jintao, Presidente entre 2003 a 2013, deu continuidade à política chinesa de forte cooperação e solidariedade com os países africanos. Durante a sua permanência no poder, realizou visitas a 17 países africanos nas quatro viagens efectuadas ao continente. Em 2004, visitou a Argélia, o Egipto e o Gabão; em 2006, Marrocos, Nigéria e Quênia; em 2007, Camarões, Libéria, Moçambique, Namíbia, Seychelles, Sudão e Zâmbia e, em 2009, visitou as Ilhas Maurícias, Mali, Senegal e Tanzânia. As visitas de Estado e os demais Fóruns realizados deixaram claro a intenção da China em não interferir e/ou intervir na política interna dos países africanos, nem tão pouco, pressionar os mesmos com vista a proporcionar a mudança dos seus regimes políticos. Pequim pretendia sim utilizar de forma racional a cooperação económica e política com a finalidade de proceder ao avanço da agenda política e económica do Sul, perspectivando a construção de uma ordem internacional mais justa e equitativa (Shelton 2006).

No FOCAC realizado em Pequim em julho de 2012, Jintao deixou claro que, sendo a China, um dos maiores países em desenvolvimento do mundo e o continente africano, lar do maior número de países em desenvolvimento, faria sentido a união e a cooperação entre ambos, visto que possuem um terço da população mundial. Esta cooperação demonstra uma justificação plausível para o desencadeamento da paz e do desenvolvimento, visto que tanto a China como África compartilham de um destino comum (Jintao 2012). A igualdade, a sinceridade, a amizade e o desenvolvimento comum constituem os princípios norteadores da relação entre os chineses e os africanos (Jintao,

2012). Acrescenta ainda que a China e África decidiram estabelecer um novo tipo de parceria estratégica, com evidentes progressos para ambos. A China procurou estreitar igualmente a sua relação no seio da União Africana (UA) e outras organizações regionais africanas com a pretensão de implementar medidas de cooperação prática, propondo estratégias para combater a crise financeira internacional (Jintao 2012).

O comércio bilateral China-África expandiu-se, atingindo em 2011 US\$ 166,3 bilhões, três vezes mais do que em 2006. O investimento direto chinês acumulado em África excedeu US\$ 15 bilhões. A assistência da China a África vem crescendo de forma exponencial, sobretudo com a construção de mais de 100 escolas, 30 hospitais, 30 centros antipalúdicos e 20 centros de demonstração de tecnologia agrícola (Jintao 2012). A China honrou o compromisso assumido, fornecendo a África US\$ 15 bilhões de empréstimos em condições preferenciais. Além disso, a China e África aumentaram os intercâmbios entre pessoas e cultura (Jintao, 2012). Jintao procurou, sem dúvidas, construir um mundo harmonizado, estabelecendo como estratégia a construção de uma futura ordem internacional (Gonçalves 2010).

O atual Presidente chinês Xi Jinping, que assumiu o destino do país após a renúncia de Hu Jintao em 2013, deixou claro que a sua intenção é, acima de tudo, de estabelecer e de reforçar a relação com África, atingindo novos patamares de desenvolvimento. Para Jinping é preciso manter trocas de proximidade de alto nível, consciente de que é fundamental reforçar a experiência de governação e aumentar o apoio mútuo e compreensão nas questões que mais os preocupam. Não é por acaso que no FOCAC de 2015 o governo chinês anunciou um pacote de apoio financeiro de US\$ 60 mil milhões nas seguintes áreas: empréstimos preferenciais e linhas de crédito para a exportação, subsídios, CAD Fund e desenvolvimento de pequenas e médias empresas africanas.

A China tem-se empenhado na criação de uma plataforma, denominada de *Iniciativa Nova Rota da Seda* ou *One Belt One Road*, destinada a reforçar as relações comerciais entre diversos países da Ásia Central, Rússia e outras regiões da Europa, podendo África desempenhar, neste âmbito, igualmente um papel de extrema importância. Neste projeto, fazem parte algumas infraestruturas implementadas como sejam as linhas ferroviárias que unem a Tanzânia e a Zâmbia, e que permitirão conectar as cidades Nairobi e Mombasa e a já aberta entre Addis Abeba no Quênia. O mesmo ocorreu em Djibuti e na Mauritânia com a melhoria e ampliação de portos e parques industriais.

A China certamente tem-se apoiado num plano de desenvolvimento interno, conforme estabelecido na *Agenda 2063*. Por terem manifestado o interesse, a China respondeu, pelo menos retoricamente, em favor da inclusão

dos países africanos na iniciativa *One Belt One Road*. Sendo assim, os países africanos precisam de proporcionar a segurança adequada para proteger o ambiente de investimento. Os governos africanos terão de proporcionar um ambiente favorável para que os projetos tenham sucesso, particularmente, como previsto sobretudo no sector privado para que este possa efetivamente desempenhar um importante papel no *One Belt One Road* (The Conversation 2017).

A Política Externa Chinesa nos PALOP

No contexto da Guerra Fria, a China mostrou-se recetiva no sentido de desencadear apoio diplomático, económico, técnico e militar aos Movimentos de Libertação em África, permitindo a afirmação e consolidação dos países recém-independentes, sobretudo os da Língua Portuguesa como Angola e Moçambique. A Política Externa chinesa foi ao encontro da necessidade de estender a sua influência sobre o Continente Africano, procurando desenvolver relações de aproximação aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) recém-independentes, formando, verdadeiramente, uma frente única para lutar contra o colonialismo e o imperialismo, revolucionando o mundo na base da propagação da sua ideologia. Para marcar a sua presença no continente, a China passou a estabelecer relações diretas com os países africanos (Visentini e Oliveira 2012).

Com intuito de explorar os laços históricos que unem Macau à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a China decidiu fazer desta Região Administrativa Especial uma plataforma de ligação à comunidade, em particular aos países africanos, cujo objetivo passa por aprofundar a cooperação em diferentes sectores, aproveitando da melhor forma os recursos de cada um (Governo da Região Administrativa Especial de Macau 2003). Esta estratégia tem por base o princípio *Um País, Dois Sistemas*, com a qual a China pretende unir-se às suas regiões administrativas especiais. Este princípio aplica-se jurídica e institucionalmente em Macau e Hong Kong (Marchionatti 2012). Entretanto, a prioridade chinesa é a reunificação do seu território, referindo em particular o caso mediático de Taiwan.

Em estrita observância deste princípio, Macau tem desempenhado um papel de extrema importância na dinamização das relações institucionais e comerciais entre a China e os PALOP, tendo promovido em outubro de 2003 o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (FCECCPLP), que contou com a participação de representantes governamentais de Angola, Brasil, Cabo Verde, China,

Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste (Governo da Região Administrativa Especial de Macau 2003). Aprovou-se neste primeiro Encontro Ministerial o Plano de Ação para a Cooperação Económica e Comercial, no qual ficou patente a necessidade de se desenvolver e estreitar as relações económicas, comerciais e de investimento entre a China e a respetiva comunidade. De entre outros aspectos abordados neste Plano, ficou decidido que, face às oportunidades e desafios que o processo de globalização económica impõe, há que ter em consideração os valores partilhados e os princípios de confiança, igualdade, reciprocidade, complementaridade no comércio, diversificação das formas de cooperação, bem como da partilha de interesses (Governo da Região Administrativa Especial de Macau 2003).

Decidiu-se, igualmente, que o Encontro Ministerial passava a ser realizado com frequência trienal na perspetiva de aprofundar o relacionamento entre ambos. Até à presente data, foram realizadas mais quatro Conferências Ministeriais, designadas Fórum de Macau em setembro de 2006, em novembro de 2010, em novembro de 2013 e em outubro de 2016. Estes encontros contaram com a aprovação dos respetivos Planos de Ação que orientam a cooperação China-CPLP e que se destacam nos seguintes domínios: cooperação intergovernamental, empresarial, infraestruturas, energia, recursos naturais, humanos, financeiros, agricultura, pesca, pecuária, educação, turismo, transportes, comunicações, desporto e saúde (Governo da Região Administrativa Especial de Macau 2017).

Tendo em conta particularmente os PALOP, é de frisar que a China tem aproveitado o facto de, em muitos destes países, abundarem recursos naturais e energéticos para traçar parcerias estratégicas com vista a fortalecer as suas economias, assim como para atenuar o problema da fragilidade em termos de poder de negociação. Angola e Moçambique ocupam posições privilegiadas desta cooperação, sendo Angola a seguir à Rússia, o segundo maior fornecedor de petróleo à China e um dos primeiros destinatários das ajudas externas chinesas, geralmente a fundo perdido. Ultrapassada a guerra civil em 2002, Angola vê a sua relação com a China fortalecida e a consolidar-se a partir de 2004 com a assinatura de vários acordos, com os quais o Governo Chinês se comprometia em ceder fundos para financiar dezenas de projetos em diferentes áreas, desde o desenvolvimento tecnológico, infraestruturas e agricultura, educação, saúde, transporte e comunicações. De 2000 a 2013, o governo chinês financiou mais de 60 projetos em Angola (AidData 2017).

No que se refere às relações económicas e comerciais bilaterais como no que concerne ao investimento chinês, verifica-se que de entre os PALOP, Angola ocupa o primeiro lugar. De entre os parceiros tradicionais de Angola como Portugal, Brasil e Rússia, a China ocupa uma posição de destaque.

Os outros países do PALOP como Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique têm merecido, igualmente, especial atenção por parte da China, dado que este tem procurado reforçar e diversificar parcerias com estes países no domínio do comércio e investimento, privilegiando sobretudo as áreas das infraestruturas, agricultura, economia azul e setor das pescas, mineração, recursos humanos e energia. A relação China-Moçambique remonta à luta de libertação, quando Moçambique, através da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sob a liderança de Eduardo Mondlane, recebia ajuda diplomática e militar chinesa no quadro da estratégia direcionada a evitar o envolvimento deste na divisão ideológica (Taylor 2006). A relação China-Moçambique foi, no decorrer do tempo, se intensificando. Moçambique encontra-se de entre os cinco maiores exportadores africanos de madeira para a China (Chichava 2008). Este é, por sua vez, o maior investidor em Moçambique a seguir ao país vizinho África do Sul (Instituto de Promoção e do Investimento de Macau 2015). No primeiro semestre de 2016, a China foi o que mais investiu em Moçambique, com US\$ 154 milhões, perfazendo 60% do total do investimento direto estrangeiro, superando em larga medida a África do Sul, com apenas US\$ 45 milhões (Macauhub 2016).

A relação entre a China e os PALOP tem sido de crescimento, diversificação e de consolidação, porque, por um lado, estão unidos por uma herança histórica e legado cultural e, por outro, por partilharem de uma visão comum no que respeita ao desenvolvimento. A China vê nos PALOP um meio importante de segurança quanto à exploração energética e de outros recursos naturais, assim como no que se refere à exploração de um mercado que poderá chegar a milhões de consumidores. Em comparação com os parceiros ocidentais, a execução de projetos de investimento por parte da China nos PALOP tem sido efetuada sem a exigência de reformas políticas e de cumprimento das normas internacionais na área dos direitos humanos, do trabalho e do meio ambiente, considerando que as relações se encontram única e exclusivamente direcionadas para a promoção de uma cooperação económica e comercial.

Cooperação China-Cabo Verde: O Lugar do Arquipélago nas Relações Sino-Africanas

Localizado no meio do Oceano Atlântico entre África, Europa e as Américas, sensivelmente a 500 km da costa ocidental africana, ao largo do Senegal, Cabo Verde encontra-se localizada entre os paralelos 17° 12' e 14° 48' de latitude Norte e os meridianos 22° 41' e 25° 22' de longitude Oeste de

Greenwich. Caracteriza-se por ser um pequeno Estado insular composto por dez ilhas e vários ilhéus de origem vulcânica que formam uma área geográfica com uma superfície total de 4030 km², ocupada por aproximadamente 539 mil habitantes (Banco Mundial 2017).

Por se tratar de um arquipélago que dispõe de poucos recursos naturais, a promoção do seu desenvolvimento acarreta custos acrescidos para o Estado, tornando-o dependente de fluxos externos, incluindo as remessas dos emigrantes, os investimentos no setor do turismo e os programas de ajuda ao desenvolvimento. É neste contexto que a relação deste país com a China tem sido de vital importância, sendo atualmente um dos mais importantes parceiros no conjunto dos países do hemisfério sul. A China mantém uma relação de longa data com o arquipélago, tendo este procurado atender a estes desafios, através de uma diplomacia diversificada que tem procurado novas perspectivas de desenvolvimento e de estratégias de mobilização de recursos externos.

Consciente das suas limitações, Cabo Verde tem procurado implementar parcerias que valorizem as suas especificidades insulares, em particular a sua posição geoestratégica privilegiada no Atlântico. Aliás, é uma das vocações que o arquipélago tem explorado desde a sua descoberta entre 1460 e 1462 e que serviu, durante séculos, como função de placa giratória do comércio transatlântico.

Cabo Verde através da luta armada, protagonizada num projeto de unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde, conquista em 1975 a sua soberania, criando condições para se viabilizar enquanto Estado-Nação. Este marco histórico permitiu o reconhecimento e respeito internacional, permitindo-lhe a inserção em Organizações Internacionais de carácter geral (ONU), instituições especializadas (OIT), organizações de concertação político-diplomática, de cooperação nos domínios social, cultural, económico, promoção e difusão da língua portuguesa (CPLP), organizações de carácter regional (UA) e sub-regional (CEDEAO), assim como em organizações internacionais financeiras e económicas internacionais (FMI, BM e OMC).

Em abril de 1976, um ano após a independência, Cabo Verde formaliza as suas relações diplomáticas com a China, sendo um dos primeiros a estabelecer uma Embaixada em Cabo Verde, com sede na cidade da Praia, ilha de Santiago. Embora Cabo Verde tenha instituído um Consulado Geral em Hong Kong que o representava no âmbito da diplomacia asiática, só chegou a estabelecer formalmente uma Embaixada em Pequim em 2001, tendo nomeado em 2005 o primeiro Embaixador residente na China, o Diplomata Dr. Júlio César Morais.

Não obstante Cabo Verde ter, de entre os PALOP e os países da África

Subsariana, uma das melhores classificações (122^o) no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), encontra-se no final da lista das prioridades da Política Externa Chinesa, devido ao seu limitado mercado e carência de recursos naturais e energéticos que têm motivado grande parte dos interesses da China no continente. Sendo assim, questiona-se quais são os reais interesses da China em Cabo Verde. É necessário compreender que Cabo Verde é a nível político, económico e social um dos países mais estáveis do continente e que cultiva uma política de paz com reflexos no seu sistema político que é complementada com uma posição geoestratégica privilegiada no Atlântico, sobretudo na Zona Económica Exclusiva (ZEE), sendo esta a trigésima sexta maior do mundo. Por ocupar um espaço geopolítico que o favorece entre as margens do Atlântico, o arquipélago acaba por gerar atração e despertar interesse no estabelecimento de diferentes parcerias (Madeira 2016; Amante da Rosa 2007).

O país tem procurado encontrar meios para fazer face aos desafios estruturantes, tendo, por isso, vindo a apostar em sectores estratégicos como sejam o da prestação de serviços, a industrialização, a economia azul e o turismo, que apresentam margens de crescimento, permitindo atingir gradualmente o tão almejado desenvolvimento sustentável. Apesar dos constrangimentos estruturais como sejam: descontinuidade geográfica, secas cíclicas, escassa população e precariedade de recursos naturais, os sucessivos governos em Cabo Verde conseguiram, com esforço e apoio solidário dos seus parceiros de desenvolvimento, edificar um Estado democrático, eliminando o subdesenvolvimento com vista a construir uma sociedade promissora e sustentável (Morais 2015).

Na verdade, desde a independência de Cabo Verde, a ajuda externa concedida a este país na concessão de donativos e empréstimos concessionais tem apresentado efeitos macroeconómicos estruturantes. O arquipélago tem primado por uma intensificação da sua relação com a China, priorizando programas, projetos e ações em áreas estratégicas demarcadas na agenda de transformação do país. Tais iniciativas visam transformar Cabo Verde numa plataforma segura e competitiva de prestação de serviços no Atlântico Médio, próximo dos grandes mercados africanos e das principais fontes matérias-primas consideradas estratégicas (Morais 2015). Não é por acaso que foram assinados vários documentos que contemplam diversos projetos estratégicos, com os quais Cabo Verde espera, por certo, criar condições para projetar a parceria com a China para novos patamares (Morais 2015).

Com a criação do Fórum de Macau em outubro de 2003, as relações bilaterais Cabo Verde-China conheceram avanços significativos, intensificando contatos ao nível da cooperação económica, cultural e técnico-institucional. Aliás, é de realçar que Cabo Verde recebeu, até à presente data, na cidade

da Praia, ilha de Santiago, três Encontros de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa. O primeiro em 2008, o segundo em 2012 e o terceiro em junho de 2017 que teve como lema central a Promoção de Oportunidades para uma Cooperação Económica entre a China e os Países da Língua Portuguesa. Regista-se que a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem servido, com efeito, como plataforma de aproximação e divulgação de Cabo Verde no Delta do Rio das Pérolas (Morais 2015).

A contribuição da RAEM é relevante, uma vez que fez de Cabo Verde um país conhecido, pois, até um passado recente, a China desconhecia a importância da dimensão e da localização do arquipélago (Morais 2015). É de sublinhar que, após a assinatura formal em 1976 da relação bilateral Cabo Verde-China, registaram melhorias substanciais, com a subsequente assinatura de vários acordos jurídicos, destacando-se de entre outros, os seguintes:

Em 1977, o Acordo de Cooperação Económica e Técnica; em 1982, o Acordo de Cooperação Cultural; em 1998, o Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos; em 1999, o Acordo Comercial e Cooperação Económica; em 2005, o Acordo de Supressão de Vistos Cabo Verde-RAEM; em 2007, o Acordo Geral de Cooperação no Sector da Defesa; em 2008, o Acordo de Enquadramento Sobre a Concessão do Empréstimo Concessional; em 2009 o Acordo de Comissão Conjunta de Cooperação Económica, Comercial e Técnica e o Acordo de Cooperação na Área de Património Histórico; em 2010 o Acordo de Serviços Aéreos Cabo Verde-RAEM e a Convenção para Evitar a Dupla Tributação Cabo Verde-RAEM; em 2013 o Acordo de Cooperação Jurídico-Judiciária Cabo Verde-RAEM; em 2014 o Acordo de Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Passaportes de Serviço; em 2015 o Acordo de Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas e Diplomáticas e em 2016 o Acordo de Cooperação para a Implementação do Projeto “Cidades Seguras”.

Além destes acordos, sobressaem-se outras iniciativas com vista a alavancar a relação comercial e o intercâmbio cultural entre ambos os países, como sejam os donativos e linhas de créditos concessionais, protocolos e projetos. A China tem vindo a financiar vários projetos em Cabo Verde, de entre os quais, se destacam: cimenteira no concelho de Santa Cruz, contratos de empréstimo para projetos de habitação social, E-GOV II - projeto de Governação Eletrónica, através da instalação da rede local em escolas, instituições públicas e hospitais, o Centro Tecnológico de Cabo Verde. Em julho de 2017, foi anunciada a construção do novo Campus da Universidade de Cabo Verde, com sessenta e salas de aulas que permitam acolher 4.890 estudantes. O novo Campus Universitário irá contar com cinco auditórios, trinta e quatro

laboratórios, oito salas de informática, oito salas de leitura, uma biblioteca, refeitórios, um pavilhão desportivo e um espaço multiusos com capacidade para 654 lugares.

Em 2015, o Governo de Cabo Verde assinou um acordo para a construção de um Resort na Cidade da Praia por parte da empresa Macau Legend Development Ltd., presidida pelo macaense David Chow. O projeto Cape Verde Integrated Resort & Casino, orçamentado em cerca de 250 milhões de euros, constitui um dos maiores alguma vez realizado em Cabo Verde com reflexo direto na economia nacional. Para David Chow, este projeto revela-se de extrema importância em dois sentidos. Primeiro, é de se congratular com o facto de uma empresa local, neste caso a Macau Legend Development Ltd., ter aproveitado do papel que Macau tem desempenhado como plataforma na ligação entre a China e os países da CPLP; em segundo lugar, em coordenação com a política chinesa de *One Belt, One Road*, a RAEM tem vindo a assumir uma importante posição como uma das cidades da Rota da Seda Marítima, permitindo que as pequenas e médias empresas locais tenham possibilidade de desenvolver cooperação com parceiros externos (Jornal Tribuna de Macau 2015).

Para além disso, David Chow na qualidade do Presidente da *Legend Globe Investment Company*, assinou com a Embaixadora de Cabo Verde em Pequim, Dra. Tânia Romualdo, em representação ao Governo de Cabo Verde, um memorando de entendimento com vista a abrir uma instituição de crédito em Cabo Verde - Banco Sino-Atlântico - considerando que o sector financeiro tem sido estratégico para o desenvolvimento económico do arquipélago. Estes investimentos demonstram o papel que os empresários chineses desempenham no crescente envolvimento da China com Cabo Verde e, de uma forma geral com países africanos da língua portuguesa. A China tem proporcionado condições para que as suas empresas possam encontrar no arquipélago a estabilidade necessária, utilizando-a igualmente como ponto estratégico para atingir outros mercados regionais em expansão.

Desde a década de noventa do século passado, chegaram a Cabo Verde um número significativo de pequenos investidores chineses que abriram negócios no setor da comercialização de vestuário e de outros acessórios. Com o decorrer do tempo, registou-se um aumento substancial destes tipos de atividade e, por conseguinte, os chineses começaram a diversificar os seus negócios, nomeadamente, no comércio por grosso e a retalho de produtos alimentares, na construção civil, na venda de peças auto, aluguer de viaturas, oficinas de manutenção e reparação de motociclos, na mecânica, carpintaria, serralharia, moagem e indústria de alumínio.

Além disso, é de se apontar diversas iniciativas que têm fomentado

a aproximação e o intercâmbio entre o arquipélago e a República Popular da China. Criou-se em 2011 a *Associação de Amizade Cabo Verde-China* (AMI-CACHI) que se caracteriza por uma organização não-governamental cabo-verdiana que tem por meta estreitar laços de amizade e de intercâmbio cultural entre Cabo Verde e a China. Entre 2011 e 2012 a Universidade de Cabo Verde formaliza parcerias com as universidades provinciais chinesas, reforçando a cooperação no domínio da formação de recursos humanos e da capacitação profissional.

A construção de estabelecimentos de ensino, assim como o aumento considerável de bolsas de estudos destinadas a estudantes cabo-verdianos que queiram seguir e continuar a sua formação superior nas universidades chinesas, demonstram o empenho da China na coordenação com o governo cabo-verdiano no sentido de dinamizar o sector da educação. Em 2015, a Universidade de Cabo Verde assina com a Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão, um Protocolo para instalação do Instituto Confúcio em Cabo Verde, um dos primeiros do país, que incentiva a promoção da língua e da cultura chinesa.

O Ministério da Educação e o Instituto Confúcio da Universidade de Cabo Verde assinaram, em 2017, um protocolo de cooperação para que seja introduzido no ano letivo 2017/2018 o Idioma Mandarim, como língua estrangeira opcional no Sistema de Ensino cabo-verdiano, visando construir oportunidades e, desse modo, permitir uma maior aproximação cultural.

As autoridades governamentais cabo-verdianas têm procurado deixar claro que a intenção do arquipélago passa por estreitar e dinamizar ao máximo a relação com a China. Por isso, em 2004, 2006 e 2012 o Ex-Primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, realizou diversas Visitas Oficiais à China. Entre 2007 e 2010, foi a vez do Ex-Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires. Cabo Verde, por seu turno, recebeu em 2009 a visita oficial do Vice-Primeiro-Ministro chinês, Wang Qishan.

Cabo Verde, na sua relação com a China, apresenta-se estrategicamente como um país com elevado valor geopolítico que o singulariza de outros espaços, possibilitando-lhe a aproximação geográfica a importantes zonas geopolíticas e geoeconómicas, em particular do continente africano (Madeira 2015). Aproveitando a sua posição dentro das organizações regionais e internacionais, Cabo Verde deve viabilizar a expressão de uma nova identidade internacional, ciente de que poderá ser útil no contexto global. O arquipélago como um país que tende a necessitar mais de ajuda do que aquela que pode efetivamente oferecer, precisa de cooperar e de se relacionar com outros Estados com vista a debelar as suas fragilidades estruturais que constituem entraves ao seu desenvolvimento.

Notas Finais

Ao priorizar a cooperação fora do tradicional eixo Norte-Sul, o governo chinês procurou abrir espaço para o desenvolvimento de grandes investimentos com projetos estruturantes no campo das infraestruturas e recursos de produção por meio de acordos entre governos nacionais africanos e empresas estatais chinesas. A China teve como pretensão fundamental estabelecer uma estratégia, que, no seu entender, poderia ser designada de “win-win” ou ainda de relações mutuamente benéficas, respeitando a soberania e a não-interferência (Zhao 2004).

Tanto a China como África têm interesses para que estas relações se consolidem, dado que para a China, o continente africano apresenta-se favorável no que concerne à exploração de recursos naturais, bem como estratégicos relativamente às oportunidades comerciais de expansão, de desenvolvimento e diversificação nos mercados regionais. África, por sua vez, vê no “dragão” a oportunidade para obter financiamento e fundos de apoio para o seu desenvolvimento e o reforço do seu peso político no panorama internacional. Apesar de o continente africano não constituir a principal prioridade da diplomacia chinesa, esta tem vindo na prática a atrair, cada vez mais, a atenção dos sucessivos governos chineses, considerando que é importante fazer valer os interesses comerciais e políticos comuns, com vista a estimular o desenvolvimento.

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), no âmbito da cooperação sino-africana, têm merecido especial atenção, devido, por um lado, aos laços culturais e históricos que os unem, já que a Região Administrativa Especial de Macau foi administrada por Portugal, durante aproximadamente quatro séculos, fazendo parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e por outro, pelas oportunidades que os PALOP oferecem a nível comercial e de investimento.

O percurso notável de Cabo Verde desde a sua independência no conjunto dos PALOP tem despertado interesse por parte de instituições e organizações internacionais, assim como de potências mundiais, que têm procurado o arquipélago a fim de estreitar e solidificar relações e cooperações em diversos domínios. A China tem sido, sem dúvida, um dos parceiros que mais tem contribuído para que o arquipélago ganhe confiança nas suas potencialidades, apesar da exiguidade territorial e a insularidade que têm dificultado o desenvolvimento socioeconómico mais equilibrado. Considera-se fundamentalmente necessário o estabelecimento de alianças estratégicas e de coopera-

ção com outros Estados, instituições e organizações regionais e internacionais para que Cabo Verde consiga colmatar o défice geoeconómico, mostrando-se aberto ao mercado exterior, reforçando assim o papel de facilitador no comércio internacional com a aposta em sectores como o turismo, economia azul, agricultura, pescas, indústria e prestação de serviços.

A posição geoestratégica de Cabo Verde constitui uma potencialidade, já que permite desempenhar um papel de extrema relevância no Atlântico norte e sul, em particular no que se refere à sua importância enquanto ponto de ligação intercontinental de relações políticas, comerciais, económicas, financeiras e culturais.

REFERÊNCIAS

- AidData. 2017. *Tracking Chinese Development Finance – BETA*, Accessed August 2017. <http://china.aiddata.org/>.
- Amante da Rosa, M. 2007. “Geoestratégia de Cabo Verde no Atlântico Médio”, *Revista Direito e Cidadania*, nº1 25/26, 163-187.
- Anshan, L. 2007. “China ad Africa: policy and challenges”, *China Security*, 3, nº1 3, 69-93.
- António, N. S. 2008. *Economia e Gestão Chinesas, Aspectos Fundamentais*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Banco Mundial. 2017. *O Banco Mundial em Cabo Verde - Dados*. Acessado em setembro de 2017. <https://data.worldbank.org/country/cabo-verde>
- Brautigam, Deborah. 2008. China’s foren aid in Africa: What do we know? In *China into Africa: Trade, aid and influence*, edited by Rotberg, R. Washington, DC: Brookings Instituion Press.
- Chichava, S. 2008. *Mozambique and China: from politics to business?* Discussion paper no. 05/2008, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Cooley, J. 1965. *East Wind over Africa: Red China’s African offensive*. New York: Walker and Company.
- Eisenman, J. 2015. China’s post-cold war strategy in Africa: Examining Beijing’s Methods and Objectives. In *China and the Developing World: Beijing’s Strategy for the Twenty-first Century*, edited by Eisenman, J., Heginbotham, E. and Mitchell. D. New York: Routledge.
- Gonçalves, W.da S. 2010. A presença da China na África. In *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*, organized by Jobim, N., Etchegoyen, S. W. and Alsina, J. P. Rio de Janeiro: FGV.

- Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). *Plano de Ação para a Cooperação Económica e Comercial de 2003*. Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (FCECCPLP). Acessado em agosto de 2017. <http://www.forumchinaplp.org.mo/action-plans/strategic-plan-for-economic-and-trade-co-operation-approved-in-2003/?lang=pt>
- Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). 2017. *Fórum de Macau*. Acessado em agosto de 2017. <http://www.forumchinaplp.org.mo/about-us/mission-and-objectives/?lang=pt>
- Hackenesch, C. 2011. *Competing for development? The European Union and China in Ethiopia*. Stellenbosch: Centre for Chinese Studies at the University of Stellenbosch.
- Hong-Ming, Z. 2004. A política chinesa na África. In *Abrindo os Olhos para a China, organized by Bellucci, B.* Rio de Janeiro: Centros de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes.
- Instituto de Promoção e do Investimento de Macau (IPIM). 2015. *China é o segundo maior investidor em Moçambique*. Acessado em agosto de 2017. <http://www.ipim.gov.mo/pt-pt/portuguese-speaking-countries-news-pt-pt/china-e-o-segundo-maior-investidor-em-mocambique/>.
- Jackson, T. 2004. *Management and Change in Africa: a cross cultural perspective*. London: Routledge.
- Jintao, H. 2012. *Open Up New Prospects for a New Type of China-Africa Strategic Partnership*. Accessed august 2017. <http://mw.china-embassy.org/eng/sghdhzxxx/t953451.htm>
- Jornal Tribuna de Macau. 2015. *2,15 mil milhões para projecto “histórico” de David Chow*. Acessado em agosto de 2017. <<http://jtm.com.mo/local/215-mil-milhoes-para-projecto-historico-de-david-chow/>>
- Kabunda, M.(org.) .2011. *África y la cooperación con el Sur desde el Sur*. Madri: Casa África.
- Keijzer, A. de 1992. *China Estratégias Para um mercado emergente*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Kobylinski, K. 2012. *Chinese Investment in Africa: Checking the Facts and Figures*. Accessed agosto 2017. <<https://www.amo.cz/wp-content/uploads/2015/11/amocz-BP-2012-7.pdf>>.
- Kynge, J. 2006. *A Ascensão de uma Nação Á vida, A China abala o mundo*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Macauhub. 2016. *China foi o maior investidor em Moçambique no 1.º semestre*. Acessado em agosto de 2017. <<https://macauhub.com.mo/>>

pt/2016/08/10/china-the-top-investor-in-mozambique-in-1st-half-year/>

- Manji, F. and Marks, S. 2007. *African Perspectives on China in Africa*. Nairobi/Oxford: Fahamu.
- Marchionatti, W. 2012. *China: Velho e Novo Império*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Mendes, C. A. 2010. A China e a Cooperação Sul-Sul, *Relações Internacionais*, nº 26, 39-46.
- Madeira, J. P. 2016. Cabo Verde: De um “Estado Inviável” ao Pragmatismo na Política Externa. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*. Vol. 11. nº 1. 85-101.
- Madeira, J. P. 2015. Cape Verde: Geopolitics and Projection of a Small Island State in West Africa. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v.4, n.8, 58-77.
- Michel, S. 2008. When China Met Africa, *Foreign Policy*, nº 116, 38-46.
- Morais, J. 2015. Cabo Verde: Há condições para catapultar a parceria bilateral a novos patamares. *Revista Macau*, nº 44. Acessado em agosto de 2017. <http://www.revistamacau.com/2015/06/15/cabo-verde-ha-condicoes-para-catapultar-a-parceria-bilateral-a-novos-patamares/>
- Naidu, S. 2007. China-Africa relations in the 21st century: a “Win-Win” relationship. In *China in Africa*, organized by Lee, M., Melber, H., Naidu, S. and Taylor, I. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- Rios, X. 2005. *Política Exterior de China: La Diplomacia de una Potencia Emergente*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Shelton, G. 2006. *China, África y Sudáfrica: Avanzando hacia la cooperación Sur-Sur*. In *Política y Movimientos Sociales en un Mundo Hegemónico: Lecciones desde África, Asia y América Latina*, organized by Borón, A. and Lechini, G. Buenos Aires: Clacso.
- Snow, P. 1988. *The Star Raft: China’s Encounter With Africa*. New York: Weidenfeld and Nicholson.
- Taylor, I. 2009. *China’s New Role in Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Taylor, I. 2006. China’s Oil Diplomacy in Africa, *International Affairs*, 82, nº 5, 937-959.
- Taylor, I. 2006. China’s relations with Mozambique. In *China and Africa engagement and compromise*, edited Taylor, I. Londres, Routledge.
- Teixeira, A., Ferreirinha, M. and Barbosa, L. 1958. *A Agricultura do Arquipélago de Cabo Verde*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

- The Conversation. 2017. *Where Africa fits into China's massive Belt and Road Initiative*. Acessado em agosto de 2017. <<http://theconversation.com/where-africa-fits-into-chinas-massive-belt-and-road-initiative-78016>> Acessado em 12/08/2017.
- Visentini, P. F., Oliveira, G. Z.de .2012. *As relações sino-africanas: (muitos) e mitos e (algumas) realidades*: Século XXI, Porto Alegre, 3, nºff 1, 25-40.
- Zhao, S. 2004. Beijing's Perceptions of the International System and Foreign Policy. Adjustment after the Tiananmen Incident. In *Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behaviour*, edited by Zhao, S.. New York, London: M.E.Sharpe.

RESUMO

O artigo analisa a problemática da cooperação China-África, debruçando-se, em particular sobre as linhas orientadoras da relação Cabo Verde-China que se caracteriza por ser duradoura e multidimensional. Para atingir tais objetivos, mostra-se necessário a adoção de uma metodologia interdisciplinar, priorizando o cruzamento de dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e documental permitindo uma reflexão crítica. Embora Cabo Verde goze de estabilidade política que é complementada com um clima de segurança jurídica e institucional, acredita-se que o interesse da China no arquipélago é sobretudo de natureza econômica e comercial, dado que permite servir de plataforma logística na região africana.

PALAVRAS-CHAVE

Cabo Verde; China; Cooperação; Relação Bilateral.

*Recebido em 09 de abril de 2017.
Aprovado em 20 de dezembro de 2017.*